

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL – desafios teóricos e metodológicos¹

Ana Mercês Bahia Bock

Maria da Graça Marchina Gonçalves

¹Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

A desigualdade social pode ser tomada como o grande problema que temos no Brasil. Suas características são tão perversas e consolidadas que o fenômeno atravessa relações sociais, instituições em sua organização e funcionamento, manifestações e expressões da cultura, enfim, não há qualquer espaço, em nossa sociedade, que não esteja marcado pela desigualdade.

Estudos atuais têm demonstrado que o Brasil, diferentemente de países da Europa e dos EUA, caminhou, nas últimas décadas, para a redução da desigualdade. Arretche (2015) indica que de 1989, quando se aponta o pico da desigualdade de renda, para 2012 temos uma significativa queda: em 1989, o piso da renda dos 5% mais ricos era 79 vezes o teto da renda dos 5% mais pobres; em 2012 esta razão caiu para 36. Mas, sabemos que este patamar ainda é bastante alto, colocando o Brasil dentre as nações mais desiguais do mundo.

É preciso destacar ainda, também com a contribuição dos estudos de Arretche (2015) que o termo desigualdade é excessivamente abstrato. “No mundo social, existem múltiplas desigualdades: entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre categorias de raças, as quais, por sua vez se manifestam na renda, no acesso a serviços, na participação política”. (p.6) Sabemos que a desigualdade é mais complexa, portanto, do que apenas a sua dimensão monetária, exigindo o esforço de compreensão de suas múltiplas dimensões. Os autores reunidos na obra organizada por Arretche(2015) vão em busca de uma leitura mais complexa do que as leituras que apontam para um determinismo econômico ou político.

Scalon (2011) na introdução de seu texto sobre desigualdade e pobreza indica que a desigualdade social “é uma das características marcantes da estrutura social brasileira, mas esta não se reduz à distribuição e renda. Ao contrário, é um fenômeno complexo e multifacetado que tem impactos diversos, em especial sobre as condições de pobreza e precariedade”(p.49) E neste sentido, propõe a compreensão da pobreza como “privação de capacidades básicas que conduz à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência; enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar”.(p.49)

Servimos-nos aqui de Arretche (2015) e Scalon (2011) para afirmar que a desigualdade social é um fenômeno complexo e que, sendo um dos maiores problemas sociais no Brasil, exige que todas as áreas do conhecimento a considerem, em seus estudos, permitindo o enriquecimento da análise e a construção de soluções mais

adequadas e abrangentes. E nos servimos ainda de Reis (2000) para considerar nesta empreitada aspectos que são de natureza simbólica. A autora estudou a percepção que os não pobres e a elite brasileira tem sobre a pobreza e a desigualdade, e, na defesa da importância de seu estudo, argumentou: “A questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável.” (p.144). Entendemos que os estudos de Reis traziam e trazem para o debate uma dimensão que enriquece a leitura da desigualdade e esta dimensão inclui, no caso da autora, a percepção que as elites constroem sobre a vida social.

É nesta direção que, na PUCSP, na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, criamos um grupo de pesquisa sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social. Nossa questão central, que subjetividade sustenta esta desigualdade social, foi formulada a partir dos debates, no campo de Psicologia, que procuraram superar as leituras dicotômicas que caracterizaram (e ainda caracterizam) o desenvolvimento desta ciência. Seminários, jornadas, disciplinas ministradas na graduação e pós-graduação da psicologia, participação em congressos da área passaram a marcar as atividades do grupo. Uma das iniciativas foi a realização de uma pesquisa que contou com a participação de alunos da graduação em psicologia como experiência em iniciação científica: “A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social em São Paulo”. Outros estudos foram também desenvolvidos pelo grupo, mas aqui escolhemos como relato e oportunidade de debate a pesquisa que marcou nosso interesse e envolvimento com a questão.

A noção de que uma determinada subjetividade sustenta a desigualdade foi produzida a partir de vários aspectos. O primeiro e mais fundamental é o reconhecimento de que a desigualdade social brasileira é expressão direta das relações de produção capitalista, por sua vez constituídas na materialidade da produção e da forma como se organiza. Ou seja, o ponto de partida para a compreensão da desigualdade é esse reconhecimento, de que a desigualdade é intrínseca ao modo de produção capitalista, que se reproduz mantendo, necessariamente, a desigualdade.

Estabelecido esse ponto de partida, é necessário compreender de que forma tal estrutura se particulariza na história do Brasil e de que maneira se apresenta hoje.

Em 2004, Campos apontava dado significativo no *Atlas de exclusão social – os ricos no Brasil*. “Se considerar somente a parcela da população que se concentra no decil mais rico, verifica-se que 75% de toda a riqueza contabilizada são por ela

absorvido. Em outras palavras, resta para 90% da população brasileira somente 25% da riqueza nacional” (apud Pochmann, 2015,p.32). Esta má repartição da riqueza já se apresentava desde os tempos coloniais. Nem a independência do Brasil, nem o fim da escravidão e a passagem para a república romperam com o padrão excludente existente no Brasil. A estabilidade da desigualdade tem sido possibilitada pela manutenção do “conservadorismo que sustenta o poder das elites patrimonialistas no país” (Pochmann, 2015, p.34), tendo como sua sustentação a ausência de regimes democráticos. O autoritarismo, que predominou no país, garantiu privilégios e manteve inalterado o padrão de distribuição da riqueza, marcando fortemente a sociedade brasileira com uma desigualdade bastante profunda. Os novos tempos de (re)democratização (foram importantes para movimentar este cenário, sem, no entanto, superá-lo.

“Dotado de instituições democráticas minimamente sólidas, e ainda em processo de consolidação, o Brasil apresenta-se como um país de renda média que recuperou o dinamismo econômico no período recente. Não obstante, em vez de presenciarmos uma redução substantiva da desigualdade, esta tem demonstrado considerável resiliência.” (Barbosa, 2012, p.23)

Estudos atuais, apresentando a desigualdade como tema central, que são realizados em outras áreas do conhecimento, têm possibilitado escapar de leituras parciais e tem permitido agregar dimensões que ajudam a compreender como a naturalização da desigualdade social tem contribuído de maneira significativa para a manutenção dela. São, por exemplo, discussões da sociologia que reconhecem, além de fatos econômicos, elementos simbólicos e vivenciais que compõem o fenômeno da desigualdade social, como os já citados e como os estudos de Jessé Souza (2003; 2006). A invisibilidade da desigualdade social no Brasil e sua naturalização, acompanhados de uma hierarquia valorativa de pessoas, que posiciona os cidadãos e subcidadãos em seus lugares, tem fortalecido o debate da dimensão subjetiva da desigualdade social.

Santos, Mota e Silva (2013), ao trazerem as contribuições de Jessé Souza para o debate da dimensão subjetiva da desigualdade social, afirmam que

(...) a reprodução de classes marginalizadas vincula-se ao cultivo das pré-condições morais, culturais e políticas da marginalidade, pois a miséria dos desclassificados é moldada não apenas sob a forma de miséria econômica, mas também sob a forma de miséria emocional, existencial e política, que são naturalizadas (...) O ideal de justiça, apresentado pelo

mundo moderno, fundamenta-se na meritocracia –entendida como a possibilidade de os indivíduos superarem barreiras sociais, econômicas e culturais existentes – desconsiderando a real natureza desses obstáculos. (...) Assim, o indivíduo privilegiado por um aparente talento inato seria, na verdade, produto de capacidades e de habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classe indefinidamente no tempo (...) ainda que tais aspectos possam figurar como pressupostos latentes ou inconscientes. (p.707)

Souza (2003; 2006; 2009) e Santos, Mota e Silva (2013) reforçam, com suas análises, a condição para se introduzir e desenvolver nos estudos da desigualdade social, em especial no campo da psicologia, aspectos simbólicos que alimentam a materialidade do processo de desigualdade social.

São perspectivas críticas, como a sócio-histórica, que no esforço da superação das leituras dicotômicas da objetividade e subjetividade vão permitir que a psicologia possa, sem adotar visões naturalizadoras ou psicologizantes (e, portanto, ideológicas) fazer parte dos estudos da desigualdade social.

A compreensão dos aspectos da subjetividade dos brasileiros, configurada a partir dos elementos característicos do processo de desenvolvimento social deste país, torna-se fundamental para o entendimento das múltiplas formas pelas quais os sujeitos vêm experienciando, sentindo e expressando tais tensionamentos, contradições e determinações em sua complexidade. (Santos, Mota e Silva 2013,p.708).

Torna-se necessário, no campo da psicologia e reconhecendo em sua história como área de conhecimento, os limites de visões subjetivistas e objetivistas, examinar a noção de subjetividade e trabalhar sua compreensão como dialética subjetividade-objetividade. Tendo como base o método materialista histórico e dialético e a categoria historicidade, trabalhamos com a subjetividade como algo que se constitui em um indivíduo compreendido como sujeito ativo e social, em um processo em que à objetividade da realidade material contraditória se agrega, por meio da atividade do sujeito, a subjetividade. Uma atividade que é significada, composta de vivências de

vários níveis, que é representada simbolicamente e registrada psiquicamente. Esse processo, compreendido de forma materialista histórica e dialética obriga a considerar dialeticamente a relação subjetividade-objetividade e a relação indivíduo-sociedade. Por isso tratamos da realidade social como uma construção que resulta dessa imbricação; e entendemos, na tentativa de superar as visões objetivistas e subjetivistas dessa relação, que o que se dá é uma *construção social da realidade social*. A categoria dimensão subjetiva da realidade social aponta para esse aspecto constitutivo da realidade.

Furtado (2002) apresenta a noção de que a realidade é desenvolvimento concreto de forças produtivas e, ao mesmo tempo, expressão do campo de valores que as interpretam e as significam.

Há uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivo e objetivo em constante interação, sem que necessariamente se possa indicar claramente a fonte de determinação da realidade. Isso nos leva a afirmar que a realidade é um fenômeno multideterminado, e isto inclui uma dinâmica objetiva (sua base econômica concreta) e também uma subjetiva (o campo dos valores). O indivíduo é o sujeito singular dessa dinâmica e assim como recebe pronta a base material (dada pela sua inserção de classe) e os valores (o plano da socialização), também é agente ativo da transformação social independente de ter ou não consciência do fato. (p.96)

Subjetividade e objetividade devem ser vistas como se constituindo em um mesmo processo “referindo-se a âmbitos diferentes da realidade: um âmbito subjetivo/ do sujeito e um âmbito objetivo/ das coisas.”(Gonçalves e Bock, 2009, p.141) O âmbito do sujeito apresenta particularidades que podem ser melhor compreendidas quando analisadas na relação com o âmbito da objetividade; por outro lado, a objetividade, constituída pelos sujeitos que atuam no mundo a partir de relações sociais, está impregnada de elementos da subjetividade, sendo importante conhecê-los para se ampliar a compreensão de um fenômeno que possui ambos os âmbitos.

A partir da dialética subjetividade-objetividade pode-se falar em dimensão subjetiva da realidade, na medida em que se entende que a subjetividade é individual, mas constituída socialmente, a partir de um processo objetivo, com conteúdo histórico. Por outro lado, a realidade

social é construída historicamente, em um processo que se dá entre o plano subjetivo e o objetivo. A base material agrega subjetividade, a partir da ação do sujeito sobre ela, aí está sua historicidade. Por isso, não é possível falar-se da realidade sem considerar o sujeito que a constitui e ao mesmo tempo é constituído por ela. (Gonçalves e Bock, 2009, p.142)

A dimensão subjetiva da realidade é assim uma categoria que surge como importante em uma leitura crítica e é entendida como “a síntese entre as condições materiais e a interpretação subjetiva dada a elas. Ou seja, representa a expressão de experiências subjetivas em um determinado campo material, em um processo em que tanto o pólo subjetivo como o objetivo transformam-se.”(Gonçalves e Bock, 2009, p.143)

Dimensão subjetiva é uma das categorias teóricas da psicologia sócio-histórica e, como tal, permite dar visibilidade àquilo que se observa quando se trabalha a relação indivíduo-sociedade a partir da leitura dialética. Ou seja, as categorias metodológicas oriundas do método materialista histórico e dialético permitem uma abordagem dessa relação na direção de superar dicotomias e compreender a constituição mútua, contraditória e em movimento constante de indivíduo e sociedade.

A dimensão subjetiva da realidade refere-se, portanto, às construções dos sujeitos que resultam em determinados produtos reconhecidos como de natureza subjetiva, sem perder a natureza social que caracteriza os processos em que são construídos. Refere-se também a aspectos dos fenômenos sociais que extrapolam vivências individuais e passam a compor a realidade social. Desta forma, evidencia-se que os fenômenos sociais são marcados pela presença dos sujeitos; há neles uma dimensão subjetiva.

O esforço das leituras críticas é exatamente o de abandonar definitivamente visões que separaram o indivíduo de seu mundo social, apresentando concepções naturalizadas e ahistóricas da subjetividade humana e de sua presença nos fenômenos sociais. São visões que impediram ou afastaram a Psicologia, durante décadas, da leitura comprometida com a realidade social e sua transformação. São leituras ideológicas que ocultam a realidade social e sua relação com a constituição dos sujeitos e ocultam o papel ativo que possuem na sociedade. Por esse caminho, a Psicologia se descomprometeu com muitas das questões sociais e analisou uma “interioridade” dos

sujeitos que se apresentou abstrata e universal. Escapar deste campo ideológico da Psicologia exige a crítica, ou seja, a historicidade como categoria de análise, a dialética como recurso permanente de pensamento e um projeto de uma ciência comprometida com a construção de um mundo melhor.

Nossas investigações sobre o fenômeno da desigualdade social apontam para sua complexidade. Todos os aspectos acima devem ser considerados. De nossa parte, da perspectiva da psicologia sócio-histórica, entendemos que é necessário aprofundar o conhecimento sobre *a subjetividade que sustenta a desigualdade*. Ela aparece na vivência dos indivíduos que fazem parte de uma sociedade desigual. Ela é, na verdade, constitutiva da realidade social desigual, contribuindo para sua invisibilização, naturalização e reprodução. Ela se expressa como valores que se impõem nas relações, estabelecendo que existem pessoas/sujeitos que são mais e outros que são menos. Produzindo, sustentando e reproduzindo sentimentos de humilhação social. Desculpando e naturalizando preconceitos de raça e de gênero. Alimentando e realimentando as justificativas meritocráticas para as discriminações. Favorecendo os já favorecidos e culpando os desvalidos por sua condição. Dessa forma, contribuindo para sustentar a desigualdade.

Foi nesta direção que buscamos, a partir de um grupo de pesquisa na PUCSP, realizar estudos que fortalecessem estas noções críticas e ampliassem os conhecimentos produzidos neste campo, em especial, permitindo à Psicologia se incluir nestes estudos e afirmar um projeto de compromisso com a transformação da realidade brasileira.

A dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo²

A pesquisa “A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social – um estudo da vivência da desigualdade na cidade de São Paulo”³ vem sendo desenvolvida por um grupo de professores pesquisadores e alunos bolsistas de iniciação científica na PUCSP.

² A parte inicial deste item foi adaptada de texto publicado: GONÇALVES, M.Graça M. – A dimensão subjetiva da desigualdade social – questões metodológicas e implicações práticas in BOCK, Ana M.B.; BRIZOLA, Ana L.C.; ZANELLA, Andrea V. – Práticas e saberes psi (recurso eletrônico): os novos desafios à formação do psicólogo. Florianópolis: Abrapso /Edições Bosque CFH/UFSC. Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, 2015, pp. 65-84.

³ Pesquisa realizada pelas professoras Maria da Graça M. Gonçalves, Ana M.B. Bock e Sandra Gagliardi Sanchez e por grupos de alunos de iniciação científica. Teve o apoio do CNPq. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido aprovado e está cadastrado na Plataforma Brasil (nº CAAE 1775301.8.0000.5482).

Seu objetivo geral é caracterizar a dimensão subjetiva do fenômeno social da desigualdade. Como referência para a identificação da desigualdade social em São Paulo, trabalhou-se com o “Atlas da Exclusão Social”, de Campos, Pochmann, Amorim & Silva (2004). Os autores produziram, a partir de dados do IBGE/2000, um conjunto de sete índices (pobreza, emprego formal, desigualdade social, alfabetização, escolaridade, juventude e violência), depois sintetizados em um oitavo índice (exclusão social), cada um com quatro níveis, representando da pior para a melhor situação em cada índice. Os índices foram calculados por município e, em algumas metrópoles, por distrito administrativo da cidade. Cada localidade (município ou distrito) foi colorido, no mapa, de acordo com o resultado no índice (vermelho para a pior condição, laranja e amarelo para os níveis intermediários e verde para a melhor situação), produzindo o “Atlas da Exclusão”.

Em uma primeira etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas em grupo, em três regiões da cidade, considerando a classificação feita por Campos et al. (2004): regiões vermelha, laranja e verde. Houve grupos de homens e mulheres, separadamente; na região verde, no caso dos homens, por dificuldades de acesso a sujeitos, foram realizadas entrevistas individuais.

O foco das entrevistas era a vivência da desigualdade na cidade de São Paulo, e os participantes deveriam discorrer sobre isso. Os principais resultados podem ser assim resumidos:

- ocorre, de forma geral, em todas as regiões e entre homens e mulheres, uma naturalização do fenômeno da desigualdade social ao se apresentarem explicações para ele; aparecem poucos elementos que indicariam uma determinação estrutural da desigualdade;
- na região com melhores condições (região verde), há uma desresponsabilização por parte dos moradores com relação ao enfrentamento da desigualdade, uma vez que atribuem ao “governo”, de forma genérica, a tarefa de enfrentar a questão; ao mesmo tempo, surgem, também de forma genérica, sentimentos de compaixão ou de incômodo com a pobreza;
- entre os moradores das regiões com piores índices (vermelha e laranja), acontece certa inversão, pois os moradores apontam como solução para a desigualdade alterar suas

consequências, e não suas causas; por exemplo, foi apontada a necessidade de melhorar a escolarização das pessoas, com maior ênfase; mas, também melhorar a moradia, o acesso a serviços; ao mesmo tempo, aparecem sentimentos de impotência e também de humilhação pela condição vivida;

- o pensamento naturalizador e individualizante esteve presente também quando se apontou, de forma geral, o “esforço pessoal” como fator de enfrentamento e superação da desigualdade;

- entre os homens, de todas as regiões, apareceu a centralidade do trabalho na apresentação de suas vivências da desigualdade; entre as mulheres, principalmente dos bairros vermelho e laranja, houve maior ênfase nas atividades cotidianas, no bairro, junto aos filhos;

- para todos os grupos, observou-se que a cidade é vista como sendo dos ricos e estes representam o patamar de sujeito; a desigualdade é igualada a pobreza, o pobre é o desigual; dessa forma, anula-se a relação entre segmentos e classes, naturalizando-se a desigualdade.

Uma segunda etapa da pesquisa teve como objetivos: a) ampliar a caracterização da dimensão subjetiva da desigualdade social, levantando informações sobre todas as regiões, de forma representativa; b) produzir um instrumento de investigação em larga escala que fosse coerente com os pressupostos da epistemologia qualitativa (González Rey, 2005) e da perspectiva sócio-histórica (Aguiar, 2015; Gonçalves, 2015).

Essa segunda etapa está sendo finalizada, com a análise dos dados referentes à caracterização da dimensão subjetiva da desigualdade em todas as regiões da cidade. A partir dos resultados obtidos será elaborado o “mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo”; a elaboração do mapa compõe uma terceira etapa, em que os resultados serão trabalhados de forma a produzir indicadores para uma representação da dimensão subjetiva no mapa da cidade.

A discussão aqui apresentada traz reflexões a respeito do segundo objetivo, referente ao instrumento utilizado, pontuando questões que são desafios metodológicos para a abordagem teórico-metodológica utilizada na pesquisa, a perspectiva sócio-histórica em psicologia.

Coerente com o materialismo histórico e dialético e considerando as orientações da epistemologia qualitativa, o método na perspectiva sócio-histórica procura superar a concepção representacional e objetivista de conhecimento, que tem como base uma

noção de exterioridade do sujeito em relação ao objeto de conhecimento. Essa formulação estabelece, no âmbito do método, a dicotomia entre subjetividade e objetividade, promovendo toda forma de reducionismos na compreensão da realidade: a redução ao empírico, desvalorizando a construção teórica ou concebendo-a como mera sistematização de dados observados; a redução ao imediato, desconsiderando processos e seu movimento, articulado e produzido por mediações; a redução ao pensamento individualizante, descontextualizando o objeto (seja ele um indivíduo, um grupo, uma instituição) e desconsiderando a totalidade em que se insere; a redução ao natural e universal, ignorando a constituição histórica dos fenômenos. (Aguiar, 2015; Bock, 2015; Gonçalves, 2005; 2015; González Rey, 2005; Kahhale e Rosa, 2009).

Em outra direção, a perspectiva teórico-metodológica adotada propõe: usar procedimentos que permitam apreender os fenômenos estudados como processos, multideterminados e fundados na historicidade; considerar as mediações que constituem o fenômeno, para além de uma abordagem imediata e empiricista; considerar os fenômenos referidos à totalidade histórica. Enfim, apreender o fenômeno em sua complexidade, movimento e contradições.

González Rey (2005) discute que muito da pesquisa que se faz em psicologia, em busca de um rigor empiricista, deixa de lado o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, alcançado quando a construção teórica, resultado da reflexão e posicionamento do pesquisador diante dos dados empíricos, permite uma visibilidade compreensiva e explicativa dos fenômenos observados.

No caso da pesquisa em psicologia, o empiricismo termina por desconsiderar exatamente, segundo González Rey, o objeto fundamental da área, a subjetividade. A consideração das produções subjetivas requer que se vá além do empírico imediatamente observado, o que é possível quando o processo de elaboração subjetiva é permitido ao sujeito da pesquisa, por meio de suas manifestações, e ao pesquisador, por meio da elaboração teórica.

No caso da pesquisa sobre a desigualdade social em São Paulo, havia a necessidade de se ter um instrumento de coleta que permitisse a aplicação em larga escala, pois a meta final do projeto é elaborar o mapa da dimensão subjetiva que se acrescente, de certa forma, aos dados objetivos (econômicos, sociais, demográficos) do Atlas da Exclusão Social e leituras afins do fenômeno da desigualdade. Ao mesmo tempo, considerando os pressupostos da abordagem, o instrumento deveria permitir a

expressão dos moradores como sujeitos, isto é, a expressão de aspectos de sua subjetividade que poderiam indicar as características da dimensão subjetiva do fenômeno investigado.

Dada a amplitude necessária na coleta de informações, optou-se pela elaboração de um questionário. A avaliação que resultou nessa decisão considerou várias outras possibilidades, tais como a realização de entrevistas individuais; ou a aplicação de um questionário que tivesse somente perguntas abertas; ou a reedição dos grupos. Entretanto, considerou-se que nesta segunda etapa o instrumento a ser utilizado deveria possibilitar, necessariamente, a aplicação em larga escala, o que seria dificultado por instrumentos desse tipo.

Para elaboração das questões, foram considerados indicadores levantados a partir dos resultados da primeira etapa.⁴ Considerou-se que esses indicadores poderiam orientar a definição do conteúdo do questionário, de forma a superar a “epistemologia da resposta” (González Rey, 2005). Tanto as questões como as alternativas de respostas, para o caso das questões fechadas, ao levar em conta esses indicadores, estariam considerando a expressão da subjetividade que aparecera nas entrevistas da primeira etapa; estariam oferecendo essas expressões para que os sujeitos se posicionassem em relação a elas.

No processo de elaboração do instrumento, que passou por várias etapas (uma sondagem e dois pré-testes), foi ficando claro que um aspecto que deveria ser explorado no instrumento era a possibilidade do sujeito tomar posição frente às questões apresentadas. Ou seja, a formulação das perguntas e a solicitação de respostas deveriam apontar nessa direção: mais do que “responder” a um estímulo externo, o sujeito deveria refletir sobre o tema e posicionar-se.

Algumas características do questionário produzido tentam garantir isso:

- a solicitação, nas questões fechadas, de que o sujeito escolha sempre apenas uma alternativa de resposta, mesmo havendo alternativas que não são mutuamente exclusivas⁵; as instruções pedem sempre algo do tipo “escolha a alternativa que melhor

⁴ Os indicadores foram levantados identificando-se, a partir dos resultados da primeira etapa, aspectos que deveriam ser aprofundados: a noção de esforço pessoal; o papel da educação; características da relação dos sujeitos com a cidade; o papel dos governos, do Estado; a noção de desigualdade; o lugar do trabalho; diferenças entre homens e mulheres

⁵ Exemplo de questão: **Q.6** Como você explicaria o sucesso profissional de alguma pessoa? Você acha que tem sucesso profissional a pessoa que: (Escolha apenas uma alternativa, a que você considera a mais importante) 1) Tem boas oportunidades de estudo; 2) Trabalha desde cedo e adquire experiência; 3) Tem

representa o que você pensa” e percebe-se que os sujeitos são levados a refletir antes de responder;

- o conteúdo abarcado nas alternativas, que considerou as nuances das diferentes posições e concepções encontradas na primeira etapa, sendo que muitas vezes a diferença entre elas é sutil⁶;

- a inexistência de alternativa “outros” nas questões fechadas; decidiu-se por esse formato depois de avaliar, em um dos pré-testes, que as respostas nas alternativas “outros” eram repetitivas de alguma das alternativas existentes ou eram extremamente genéricas; diante disso, considerou-se que essa alternativa poderia representar uma forma do sujeito “escapar” de se posicionar por meio da escolha de uma das opções existentes; a avaliação de outra versão do questionário, no mesmo pré-teste, na qual já não havia a alternativa “outros”, indicou que era possível trabalhar dessa forma, pois verificou-se que os sujeitos conseguiam responder escolhendo uma das alternativas existentes.

As manifestações dos sujeitos após a sondagem e os dois pré-testes permitiram observar que esse formato impõe o posicionar-se; muitos deles comentaram a dificuldade em escolher a alternativa para resposta, sendo que todas ou várias são respostas possíveis. Comentaram também ter gostado de responder sobre um tema que consideram difícil, mas importante e responder sobre ele fora uma experiência reflexiva da qual disseram ter gostado.

Os dois pré-testes foram oportunidade de lidar também com outros aspectos: a extensão do questionário e a linguagem utilizada. Entre as várias versões trabalhou-se para diminuir o questionário e para adequar a linguagem utilizada, considerando-se que o mesmo instrumento deveria ser aplicado em todas as regiões da cidade e a diferentes grupos da população, com níveis diferentes de informação, escolaridade, familiaridade com pesquisa.

bons contatos; 4) Se esforça e se dedica ao que faz; 5) Tem família que a apoia; 6) O sucesso depende principalmente da classe social a que a pessoa pertence

⁶ Exemplo de questão: **Q.10) (Escolha apenas uma alternativa)** Na seguinte situação: você é bem atendido em um serviço público de saúde, você: 1) Ficaria feliz porque seus direitos estão sendo atendidos; 2) Ficaria feliz porque acha que um bom atendimento em saúde é direito de todos; 3) Ficaria feliz porque vê que alguns profissionais de saúde são pessoas dedicadas ao próximo; 4) Acharia normal, porque é isso que deveria acontecer sempre.

A versão final do questionário tem 15 questões, sendo 11 fechadas e 4 abertas. As questões são precedidas de itens de caracterização do perfil do sujeito: sexo, idade, bairro em que mora, escolaridade dos pais, escolaridade própria, renda e nível sócio-econômico.

Alguns resultados preliminares permitem conferir essas características do instrumento que foram apontadas, ainda de forma geral.

Podemos considerar, por exemplo, a Questão 6, já citada.

Os resultados (Tabela 1) revelam que não há diferenças no padrão de respostas entre as regiões: a maioria das respostas se divide entre as alternativas “Se esforça e se dedica ao que faz”, seguida de “Tem boas oportunidades de estudo”, ratificando o que havia aparecido na primeira etapa: a perspectiva do esforço pessoal como maneira de enfrentar a desigualdade; e o papel da educação, como fator importante também. As demais respostas dividem-se, sem grandes variações, entre as outras categorias.

TABELA 1

Região X Você acha que tem sucesso profissional a pessoa que: (estimulada, em porcentagem)					
	Vermelha	Laranja	Amarela	Verde	TOTAL
Tem boas oportunidades de estudo	30,6	35,6	25,3	27,7	30,1
Trabalha desde cedo e adquire experiência	13,2	8,9	10,1	4,6	10,0
Tem bons contatos	5,6	3,3	8,9	12,3	6,9
Se esforça e se dedica ao que faz	37,5	41,1	43,0	40,0	45,7
Tem a família que a apoia	6,9	3,3	5,1	7,7	5,8
O sucesso depende principalmente da classe social a que a pessoa pertence	6,3	7,8	7,6	7,7	6,9
TOTAL	100	100	100	100	100
N	144	90	79	65	378

É interessante notar que a importância de ter bons contatos cresce nas regiões de melhor condição (amarela e verde); e a importância de começar cedo é maior nas regiões de piores condições de vida (laranja e vermelha). De certa forma, podemos entender essas alternativas como variações da noção de “esforço pessoal”, pois remetem a um esforço precoce; ou a uma ajuda “pessoal”, com bons contatos que poderiam reconhecer méritos, de algum tipo. Os índices de resposta estariam indicando a possibilidade ou necessidade de recorrer a uma ou outra estratégia para enfrentar, de certa forma individualmente, os desafios para vencer na vida. Por outro lado, os fatores explicativos mais externos, a família ou a estrutura social, são apontados com menor frequência e de forma semelhante em todas as regiões.

Além dessas constatações, pode-se avaliar se a questão permitiu um posicionamento dos sujeitos, como foi indicado acima; ou, dito de outra forma, que tipo de posicionamento ou expressão subjetiva a questão teria possibilitado.

Podemos considerar essa possibilidade verificando que o padrão de respostas apresenta as mesmas posições hegemônicas e meritocráticas presentes na sociedade, as quais são, de forma geral, reproduzidas. Mas, pôde também aparecer com alguma nuance (“começar cedo”); ou se contrapor, de algum modo, a essas explicações dominantes (“depende da classe social”).

Um refinamento nessa avaliação sobre as possibilidades do questionário apreender o posicionamento dos sujeitos seria possível por meio da comparação entre esse resultado e o que foi obtido na questão 12, uma questão aberta que perguntava: “Na sua opinião, em uma sociedade desigual, uma boa escola é aquela que”. As categorias foram elaboradas a partir das respostas.

Analisando os resultados (Tabela 2), podemos verificar se a noção de meritocracia aparece de alguma forma nas noções de “boa escola” apresentadas; bem como podemos verificar quais características da escola realizariam as boas oportunidades de estudos, segundo os sujeitos. Essas duas alternativas foram as mais frequentes em todas as regiões na resposta à questão 6.

TABELA 2

Região X Definição de boa escola em uma sociedade desigual (espontânea, em porcentagem)					
	Vermelha	Laranja	Amarela	Verde	Total
Oferece condições pedagógicas e de infraestrutura de qualidade	27,3	34,6	30,7	15,9	27,6
É privada/paga	1,4	2,5	0,0	3,2	1,6
Oferece formação crítica/ prepara para a realidade/ forma cidadãos	10,5	8,6	18,7	31,8	15,4
Garante o acesso e a permanência a diferentes grupos da população	8,4	12,3	5,3	19,0	10,5
Prepara para o mercado/ para a faculdade/para a ascensão social	6,3	11,1	13,3	6,3	8,8
Dá boa educação	27,3	14,8	14,7	7,9	18,5
Tem bons alunos/ alunos/ dedicados/esforçados	1,4	0,0	1,3	3,2	1,3
Oferece formação moral/ensino de valores	7,0	9,9	5,3	6,3	7,1
Trabalha em conjunto com a família/comunidade	1,4	4,9	2,7	1,6	2,5
Outros	9,1	1,2	8,0	4,8	6,3
TOTAL	100	100	100	100	100
N	143	81	75	63	362

Poderíamos considerar que uma concepção meritocrática responsabilizaria indivíduos pela boa escola, fossem alunos ou professores ou comunidade/família. Essas alternativas têm baixa frequência de respostas (“bons alunos” para 1,3% dos sujeitos) ou

não aparecem, no caso de professores ou família/comunidade. Esta última opção aparece em outro sentido, como trabalho conjunto família/comunidade/escola, mas com baixa frequência (2,5%). Nesse sentido, pode-se dizer que, ao menos nessa questão, a ideia de meritocracia não reaparece e não se desenvolve. Isso poderia reforçar a percepção anterior de que essa explicação para o sucesso é genérica e reproduzida como ideologia, sem necessariamente ter um conteúdo refletido e elaborado. Tal conclusão ganha força quando consideramos as nuances dessa explicação presentes nas outras alternativas da questão 6 e quando se verifica a forma como aparecem nas diferentes regiões.

Pelo próprio teor da pergunta, entretanto, é possível refinar a compreensão da segunda alternativa mais apontada na questão 6 em seu conteúdo. Trata-se da alternativa “ter boas oportunidades de estudo”, entendendo-se a escola com a principal das oportunidades.

Nos resultados da questão 12, algumas diferenças entre as regiões aparecem e são importantes. A categoria que reúne respostas sobre as condições pedagógicas e de infraestrutura (“Oferece condições pedagógicas e de infraestrutura de qualidade”) é a mais frequente em todas as regiões, com exceção da região verde. Foram incluídas nessa categoria respostas referentes a todos os aspectos de infraestrutura da escola, bem como respostas referentes a ter bons professores e à necessidade de valorização dos professores. Pode-se ver que essa alternativa tem a maior frequência de respostas na região vermelha (27,3%, mesmo nível de outra alternativa que será discutida a seguir), na região laranja (34,7%) e na região amarela (30,7%). Na região verde, entretanto, essa categoria tem apenas 15,9% de respostas.

A segunda categoria de maior frequência, considerando todas as regiões é a de que uma boa escola “é a que dá boa educação”. Essa categoria reúne vários tipos de respostas genéricas que apenas afirmavam, quase de forma tautológica, que a boa escola dá bom ensino e boa educação. Entretanto, a diferença de frequência entre as regiões é grande: região vermelha, 27,3% e região verde, 7,9%; as regiões intermediárias têm índices quase iguais: 14,8% (laranja) e 14,7% (amarela). Em contraposição, uma categoria que reúne respostas que indicam um conteúdo de formação que a escola deveria garantir tem um desempenho quase inverso. Trata-se da alternativa “Oferece formação crítica/ prepara para a realidade/ forma cidadãos”, a terceira em frequência no geral, mas que tem maiores índices nas regiões amarela (18,7%) e verde (31,8%), sendo

nesta região a alternativa mais frequente. Nas regiões vermelha e laranja os índices são mais baixos (10,5% e 8,6%, respectivamente).

A categoria seguinte em frequência de respostas é que uma boa escola é a que “garante o acesso e a permanência a diferentes grupos da população”. Nesta categoria também foram reunidas respostas que indicavam um conteúdo mais claro na definição da boa escola, neste caso referente a acesso democrático, inclusão, concretização de oportunidades para todos, garantia de tratamento igualitário. Observa-se que esse tipo de resposta aparece com índice de 19% na região verde, que se diferencia bastante das demais; e apenas 8,4% na região vermelha, embora o menor índice seja na região amarela (5,3%).

Muito poucos sujeitos em todas as regiões (com ausência de respostas na região amarela) indicam algo relacionado a ser uma escola privada. A noção de “escola pública”, entretanto, não aparece explicitamente, apenas nas referências a acesso democrático e igualdade no ensino.

Para além dessas observações sobre o que os sujeitos definem como uma boa escola em uma sociedade desigual, é interessante perceber como nesta questão, aberta, o posicionamento presente nas respostas mostra-se mais elaborado nas regiões verde e amarela e menos nas regiões vermelha e laranja. Podemos supor que o fato da questão 12 ser aberta possibilitou a explicitação dessa diferença; e também, talvez, que em condições de vida melhores, a possibilidade de concretizar e elaborar de forma mais clara e com mais conteúdo estaria mais viabilizada.

Um segundo aspecto que indicamos no questionário foi a sutileza na diferença entre as alternativas, que poderia revelar alguns aspectos da construção subjetiva dos participantes, moradores de diferentes regiões. É caso da questão 10, já citada, que podemos analisar.

As respostas a essa questão não apresentam diferenças entre as regiões, um mesmo padrão de distribuição de respostas aparece em três das regiões (vermelha, laranja e verde) e uma pequena variação aparece na região amarela. Nas três regiões a alternativa mais apontada é a que indica a compreensão da saúde como um direito social e a segunda alternativa mais frequente é aquela que não explicita a noção de direito (é “normal”). Na região amarela a posição dessas duas alternativas se inverte.

TABELA 3

Região X Se você for bem atendido em um serviço público de saúde: (estimulada, em porcentagem)					
	Vermelha	Laranja	Amarela	Verde	TOTAL
Ficaria feliz porque seus direitos estão sendo atendidos	12,5	12,4	12,7	9,1	11,9
Ficaria feliz porque acha que um bom atendimento em saúde é direito de todos	45,8	42,7	30,4	53,0	42,6
Ficaria feliz porque vê que alguns profissionais de saúde são pessoas dedicadas ao próximo	11,1	6,7	11,4	1,5	8,5
Acharia normal, porque é isso que deveria acontecer sempre	30,6	38,2	45,6	36,4	36,5
TOTAL	100	100	100	100	100
N	144	89	79	66	378

Em relação aos demais resultados nessa questão, temos uma alternativa que, embora aponte a noção de direito, mantém a perspectiva individual (“ficaria feliz porque seus direitos estariam sendo atendidos”), que em todas as regiões tem em torno de 10% das respostas. Outra alternativa vai na direção oposta à noção de direito, apontando uma razão assistencialista ou de caridade como explicação para a situação encontrada (“dedicação ao próximo”); é a de menor frequência em todas as regiões, mas nas regiões vermelha e amarela tem por volta de 11% das respostas. Ressalte-se que na região verde tem um índice bem baixo (1,5%).

Essa questão trabalha com dois conteúdos importantes na direção de se tentar captar a vivência subjetiva da desigualdade social: a noção de direito e expressão de sentimentos. Outras questões abordaram esses conteúdos e podem ser consideradas para balizar os resultados da questão 10. Uma delas é a questão 7, fechada, que apresentava alternativas referentes a sentimentos diante da desigualdade existente na cidade.

TABELA 4

Região X O que você sente em relação à desigualdade social que você vê na cidade de São Paulo? (estimulada, em porcentagem)					
	Vermelha	Laranja	Amarela	Verde	TOTAL
Indignação por ter seus direitos desrespeitados	14,7	17,8	12,8	12,1	13,5
Tristeza pelo sofrimento das pessoas carentes	15,4	14,4	15,4	12,1	14,5
Respeito pelos que venceram na vida	4,9	1,1	1,3	3,0	2,9
Indignação por ver os direitos das pessoas desrespeitados	30,1	35,6	25,6	48,5	33,6
Medo da violência que a pobreza produz	10,5	13,3	10,3	4,5	10,1
Impotência por não poder fazer nada para mudar essa situação	18,9	14,4	30,8	13,6	18,3
Incômodo, apesar de que são situações que não têm solução	4,2	1,1	0,0	4,5	2,6
Não sente nada em especial	1,4	2,2	3,8	1,5	2,1
TOTAL	100	100	100	100	100
N	143	90	78	66	377

Enquanto as alternativas da questão 10 apontavam um sentimento de satisfação relacionado com diferentes noções de direito, a questão 7 relaciona diferentes tipos de sentimentos de insatisfação (ou sofrimento) com diferentes noções de direitos. Além disso, inclui sentimento de medo provocado pela associação entre as condições de desigualdade e violência (relação que havia aparecido na primeira etapa); e uma alternativa que retoma a perspectiva da meritocracia (respeito pelos que venceram na vida).

Iniciando por esta, pode-se dizer que aqui também a noção de meritocracia não tem número de respostas significativo. Isso parece confirmar que essa noção, quando aparece (ela tem alta frequência na questão 6- Tabela 1), é reproduzida de forma genérica, não se desdobrando em outros aspectos, como foi o caso da questão 12 (tabela 2) e nesta questão.

A relação desigualdade-violência está presente em um número digno de nota (em torno de 10% das respostas em três regiões) se se considerar que esse não é exatamente o foco da pergunta. Mas, é interessante observar que é um sentimento associado à existência da desigualdade, mesmo assim. Apenas na região verde essa alternativa tem um índice menor de respostas (4,5%).

Por outro lado, a alternativa mais apontada no geral (33,6%) e em três regiões (vermelha, laranja e verde, 30,1%, 35,6% e 48,5%, respectivamente) é a que expressa indignação pelo desrespeito aos direitos de todas as pessoas. Predomina também nesta questão a noção de direito como direitos sociais, na mesma direção do que foi encontrado na questão 10. Na região amarela essa é a segunda alternativa mais apontada, com 25,6% das respostas.

Uma visão mais reducionista de direito, como sendo o próprio direito tem um índice menor, 13,5%, próximo ao resultado da questão 10 na alternativa “feliz por ver meu direito respeitado”. Essa alternativa aparece como a terceira mais apontada em três regiões (vermelha, amarela e verde, com 14,7%, 12,8% e 12,1%, respectivamente); na região laranja é a segunda alternativa mais apontada (17,5%).

Chamam atenção aqui os índices de resposta na alternativa “Impotência por não poder fazer nada para mudar a situação”, segunda alternativa mais apontada no resultado geral e em duas regiões (vermelha e verde, com 18,9% e 13,6% respectivamente); o maior índice de respostas na região amarela (30,8%); e o terceiro na região laranja (14,4%). Pode-se dizer que a existência desse sentimento de impotência dá um novo sentido à felicidade apontada na questão 10, pois seria um resultado que revela uma passividade diante das situações de desigualdade.

Outros resultados da pesquisa reforçam essa perspectiva passiva, quando as respostas sobre as causas para explicar a desigualdade, por exemplo, incidem em alternativas que eximem os sujeitos, naturalizando o fenômeno, ou atribuindo, genericamente ao “governo” a responsabilidade. Na questão 8, fechada, dentre as alternativas para explicar a desigualdade social, a mais apontada por sujeitos das regiões

vermelha (36,6%), laranja (42,2%) e amarela (33,3%) foi “A ineficiência e incompetência dos governantes”. Nas regiões vermelha e amarela a segunda alternativa mais escolhida aponta “falhas na educação” (com 17,9% e 29,5%, respectivamente). A maneira como a educação é abordada foi discutida acima, a partir dos resultados da questão 12, Tabela 2.

A alternativa da questão 7 que representa o contraponto direto à noção de direitos, uma vez que fala em “pessoas carentes” tem uma parcela importante de respostas, 14,5%, não apresentando grandes diferenças entre as regiões.

Estes dois últimos resultados também oferecem um balizamento para as respostas à questão 10 na alternativa “acharia normal, porque é isso que deve acontecer sempre”. Parece agora ser mais claramente um sentimento de pouca implicação com a questão.

Considerações Finais

O que se procurou apresentar aqui, com alguns resultados preliminares, é a forma como o grupo está trabalhando com os dados da segunda etapa: analisando os resultados e paralelamente avaliando as possibilidades trazidas pelo instrumento utilizado. Com isso, pretendemos ir desenvolvendo e esclarecendo procedimentos de análise que também contribuam para a discussão metodológica proposta nesta fase da pesquisa. Por ora esses procedimentos incluem:

- comparar as regiões;
- analisar os resultados em cada questão considerando o conteúdo de cada alternativa, no caso das questões fechadas, em seu significado para a desigualdade social compreendida como fenômeno complexo, produzido por mediações, dentre elas as construções ideológicas;
- balizar os resultados de diferentes questões contrapondo-as;
- procurar evidências, nesses resultados, da possibilidade de apreender posicionamentos dos sujeitos para além da mera escolha de uma alternativa de resposta.

Outro aspecto possível de ser trabalhado a partir do questionário e que será devidamente considerado na interpretação dos dados é o significado de cada aspecto trabalhado em cada questão para a compreensão geral do fenômeno da desigualdade social. Nessa direção, é possível identificar questões cujo conteúdo refere-se mais

diretamente ao fenômeno investigado, a desigualdade social, por meio da caracterização da experiência do sujeito em relação a ele. Outro conjunto de questões levanta informações sobre as mediações presentes na constituição do fenômeno.

No primeiro conjunto, referente à experiência da desigualdade, as questões abordaram: a relação com a cidade; sentimentos em relação à cidade; e a noção de desigualdade social (o que é, como aparece, como é vivida, que sentimentos provoca). No segundo conjunto, referente às mediações constitutivas do fenômeno, as questões levantam informações sobre: noção de esforço pessoal e quando aparece; noção de desigualdade (como se explica, como se resolve); noção de direitos (se existe e quais direitos); concepções de educação e família; comparação entre homens e mulheres. Entende-se que tais conteúdos abarcam mediações ideológicas, de relações sociais, de gênero, que constituem a vivência da desigualdade social.

A análise e interpretação dos resultados deverá estabelecer relações entre esses dois conjuntos, procurando apreender aquelas características apontadas pela abordagem metodológica adotada: a multiplicidade, a processualidade e a historicidade dos fenômenos investigados.

A elaboração do instrumento de coleta representou, então, o desafio metodológico de levantar informações sem perder os sujeitos alvo da pesquisa, sem perdê-los como sujeitos. A decisão sobre os procedimentos de coleta caminhou na mesma direção. Todas as situações de coleta (sondagem, pré-testes e aplicação definitiva), nas quais foi sendo detalhada e consolidada a maneira de conduzir a aplicação dos questionários, revelaram aspectos muito interessantes do envolvimento dos sujeitos com a temática da pesquisa, os quais serviram também de indicativo de que as características do instrumento poderiam estar atingindo os objetivos apontados acima.

Foram frequentes as observações dos sujeitos sobre a importância do tema da pesquisa; sobre o fato do questionário fazer pensar sobre o assunto; sobre a dificuldade em responder, não porque não estivessem claras as questões, mas porque o assunto era difícil de ser pensado. Foi frequente também a solicitação dos sujeitos para que o pesquisador “conversasse mais” com ele sobre o tema, bem como conversas, após o preenchimento do questionário, entre os sujeitos.

Os procedimentos de coleta foram definidos de maneira a não tolher essas manifestações “extra” questionário, entendendo que tais condutas não atrapalhariam a

“objetividade da resposta”, mas criariam condições para que a relação com o tema pudesse ser explicitada, favorecendo o preenchimento do questionário como momento de expressão da subjetividade.

No momento os dados estão sendo analisados, como exemplificado acima e a próxima etapa será a elaboração do “mapa da dimensão subjetiva”. O grupo de pesquisa já iniciou o levantamento de diferentes procedimentos para elaboração de indicadores que possam ser convertidos em representação gráfica, a fim de produzir um mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo. Esta etapa apresenta novos desafios metodológicos, que o grupo pretende enfrentar apoiado nos pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva sócio-histórica e da epistemologia qualitativa.

Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, W.M.J. - A pesquisa em psicologia sócio-histórica – contribuições para o debate metodológico. In BOCK, A. M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.) - *Psicologia sócio-histórica- uma perspectiva crítica em psicologia*, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015, pp. 154-171.
- ARRETCHE, M. (org) – *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015
- BOCK, A. M.B.- A psicologia sócio-histórica – uma perspectiva crítica em psicologia. In BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.) - *Psicologia sócio-histórica- uma perspectiva crítica em psicologia*, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015, pp. 21-46.
- BARBOSA, A.F. (org) – *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FURTADO, O. – As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. In FURTADO, O. e GONZALEZ REY, F.L. (orgs) –*Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Ed.Casa do Psicólogo, 2002, p.91-105
- GONÇALVES, M.G.M. e BOCK, A.M.B. – A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (Orgs)–*A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Ed. Cortez, 2009, p.116-157
- GONÇALVES, M.G.M. - O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In Abrantes, A. A.; Silva, N.R. & Martins, S.T.F. (orgs.) - *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, pp. 86-104.
- GONÇALVES, M.G.M. - Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica. In BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.) - *Psicologia sócio-histórica- uma perspectiva crítica em psicologia*, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015, pp. 139-153.
- GONZÁLEZ REY, L.F.- *Pesquisa qualitativa e subjetividade – os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- KAHHALE, E.M.S.P.; Rosa, E.Z. - A construção de um saber crítico em psicologia. In Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (Orgs)–*A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Ed. Cortez, 2009, p.19-53.

- POCHMANN, M. – *Desigualdade Econômica no Brasil*. São Paulo: Idéias e Letras, 2015.
- REIS, E.P. – *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. RBCS, vol.15, no.42, fevereiro 2000.
- SANTOS, L.N.; MOTA, A.M.A. e SILVA, M.V.O. – A Dimensão Subjetiva da Subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2013, v.33, n.3, pp. 700-715.
- SCALON, C. – Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, n.1, p.49-68, jan-jun.2011
- SOUZA, J. – *A Construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003
- SOUZA, J. – A Gramática social da desigualdade brasileira. In SOUZA, J. (org)- *A Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006
- SOUZA, J. – *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.